

803 - 18

MARCELLO CAETANO

UM HOMEM

PALAVRAS PROFERIDAS ATRAVÉS DA RÁDIO
E TELEVISÃO, EM 27 DE JULHO DE 1970.

. 150

15-9-75

MARCELLO CAETANO

UM HOMEM

PALAVRAS PROFERIDAS ATRAVÉS DA RÁDIO
E TELEVISÃO, EM 27 DE JULHO DE 1970.

SECRETARIA DE ESTADO DA INFORMAÇÃO E TURISMO

1970



INCORPORAÇÃO

051
F.N.S.

MARCELLO CAETANO

UM HOMEM

TRAVESSIA DE UM HOMEM
E O MUNDO EM SEUS DIAS

EDITORA DE LIVROS E JORNALISMO

Há figuras e há ocasiões que não admitem retórica. As frases, longe de exaltarem a grande personalidade que se extinguiu, diminuí-la-iam. Porque ela é bastante por si só, na sua verdade, para se impor à admiração dos homens.

Professor respeitado pela inteligência lúcida com que encarava os problemas e penetrava as realidades, pensador claro, escritor de rara correcção e elegância formal, Salazar foi chamado ao Governo como técnico, em momento particularmente crítico da vida portuguesa. Sem dramatismo, com calma serenidade, limitou-se a aplicar como Ministro os mesmos princípios que ensinava na cátedra. Mas logo demonstrou, no realismo com que encarava os problemas, na resistência às pressões exteriores, na indiferença às censuras como aos aplausos, na tenacidade com que mantinha as resoluções tomadas, na segurança com que seguia as directrizes traçadas, não ser apenas o professor que sabia ou o intelectual que discorria: era o homem de carácter forte e de vontade inflexível em quem se manifestavam as mais altas virtudes do estadista.

As finanças do País sanearam-se. E a vida regrada do Estado foi o alicerce onde firmou a solidez da moeda,

a disciplina da administração, o ressurgimento da economia. Muitos anos de atraso haviam privado o País das necessárias infra-estruturas do progresso económico: foi preciso fazer muita coisa de raiz, na educação como nas obras públicas, e constantemente, durante o seu governo, se abriram escolas, se rasgaram estradas, se construíram portos, se lançaram pontes, se ergueram edifícios ... para que os Portugueses pudessem tirar maior partido do seu trabalho e aspirar a uma vida melhor.

A multiplicidade dos partidos e a sua indisciplina tinham dado aos primeiros dezasseis anos de regime republicano um carácter tumultuário. Instabilidade de governo, desordem social, crise da autoridade foram os males que estiveram na raiz da revolução de 28 de Maio de 1926 e da Ditadura Militar que ela implantou. Era preciso encontrar uma fórmula constitucional que permitisse pôr termo à ditadura sem perigo de fazer regressar o País à confusão anterior. Inspirando-se na experiência política portuguesa e no carácter do povo, Salazar foi o autor da Constituição plebiscitada em 1933 e que ainda hoje nos rege. Nesse diploma fundamental se consagrou o sistema corporativo que introduziu em Portugal uma sã, constante e progressiva política social. Não havia praticamente nada feito em benefício dos trabalhadores: toda a legislação e organização que hoje protege o mundo do trabalho nasceu daí.

Mas já outros horizontes solicitavam a sua atenção infatigável: o ultramar português aguardava novo impulso civilizador. Salazar traça também aí os seus planos, concebe

uma acção racional de execução metódica e, o que era simples nostalgia, torna-se ideal colectivo, o que parecia sonho converte-se em realidade, desabrocham as velhas cidades africanas, surgem outras novas, a selva cede ao impacto de animosas vontades com reforçados meios de acção, populações milenariamente atrasadas recebem a mensagem civilizadora, desentranha-se a terra dos trópicos em novas riquezas e quem conhecera o ultramar português dos anos vinte deste século — mal o reconhece na pujança das suas feições actuais.

É essa obra de civilização para a qual o Acordo Missionário assegurou o concurso da Igreja Católica que em 1961 o surto de terrorismo no Congo veio pôr em perigo. Vidas, bens, a paz interna de Angola estão em risco. Se há injustiças a corrigir, o Poder tem força suficiente para o fazer. Mas importa defender as populações, a obra civilizadora realizada, o próprio futuro de convivência numa sociedade multirracial: e Salazar toma a decisão histórica de enviar tropas «rapidamente e em força» e de resistir ao que então se julgava irresistível sopro dos ventos da História.

Em contraste com os pensadores derrotistas do século XIX, este homem de pensamento, mas sobretudo governante de visão clara, esclarecida energia e férrea vontade, soube dar unidade aos Portugueses e inspirar-lhes ideais que neles ressuscitassem o espírito de missão.

Para isso valorizou a História no fito de aí encontrar a motivação do futuro. Ele próprio foi um elo. Não rejeitou nada do passado da Nação que pudesse ser útil para edificar o porvir. Portugal sofrera na sua alma os estragos de um

século de negação: ele foi o grande afirmador das virtua-
lidades, das certezas, das possibilidades de Portugal.

Para sustentar os direitos portugueses no mundo, forjou um exército que em todas as ocasiões em que tem sido necessário, na defesa contra ameaças de fora ou para dominar subversões de dentro, esteve e está presente; reconstituiu a marinha; criou a força aérea; deu à nossa diplomacia um dos períodos áureos da sua história.

Mas se pretendia que o País não estivesse indefeso, tinha como preocupação dominante conservar ou implantar a Paz. Coube-lhe enfrentar os transe dolorosos da guerra civil espanhola cuja projecção histórica desde o princípio adivinhou. E durante os anos trágicos da segunda guerra mundial a sua preocupação de todos os minutos foi tirar partido das condições criadas na península Ibérica para a manter fora do conflito, como uma zona de paz. Para defender os Portugueses do flagelo da guerra passou horas angustiosas, vigiou noites intermináveis, silenciosamente, sem que o povo adivinhasse sequer os perigos que corria. A imaginação do seu génio diplomático e a prudência excepcional do seu tacto governativo garantiram aos Portugueses os benefícios da paz. Foi um servidor da Paz. Foi-o mesmo quando implacavelmente castigava a desordem e a subversão. Porque a paz não se serve pela frouxidão e pelo abandono, mas com a firmeza que evita as crises, intimidando os agressores e reduzindo à impotência os agentes da perturbação.

Dentro da sua preocupação de governar em paz, quis também garantir aos Portugueses a paz religiosa. A liber-

dade dos cultos não lhe deixou esquecer que a religião católica é professada pela esmagadora maioria do País e está ligada às mais lídimas tradições nacionais. Católico de toda a vida e crente fervoroso, Salazar deu à Igreja em Portugal possibilidades e perspectivas que a Concordata com a Santa Sé veio consolidar segundo as concepções dessa época.

Para avaliar a obra de Salazar é preciso comparar o Portugal que ele recebeu ao assumir o governo com o Portugal que ele deixou. Recebeu um País arruinado, dividido, convulso, desorientado, descrente nos seus destinos, intoxicado por uma política estéril. Deixou um País ordenado, unido, consciente, seguro dos seus objectivos e com capacidade para os atingir.

Quarenta anos de governo não podem decorrer sem sombras. Governar é necessariamente descontentar. No balanço de uma política, há por força um passivo a enfrentar o activo. Mas nesta hora de verdade o saldo positivo é enorme. Salazar foi um grande governante. Foi um grande português. E nas horas dramáticas em que sozinho teve de tomar resoluções decisivas para os destinos nacionais, como naquelas em que singelamente procurava reintegrar-se no meio familiar da aldeia onde nasceu, nas alegrias como nas dores, nas virtudes como nos defeitos, nos rasgos senhoris de príncipe como nos escrúpulos de administrador prudente, na dureza do governante como nas delicadezas enternecedoras da sensibilidade, ele foi, em toda a dimensão da palavra e em toda a dignidade da espécie — um Homem.

